
I Congresso Marajoara de Ciências, Educação e Sociobiodiversidade: Desafios e Perspectivas dos Marajós (22 a 24/11/2023)

Carta de Breves

Por um Marajó livre, justo e com preservação ambiental

Nós, gestores/as, docentes, técnicos/as, discentes e sujeitos e sujeitas das águas, dos campos e das florestas nos reunimos em Breves, município do arquipélago do Marajó(Pará), de 22 a 24 de novembro para realização do **I Congresso Marajoara de Ciências, Educação e Sociobiodiversidade: Desafios e Perspectivas dos Marajós**, para pautar com a sociedade os temas decisivos à vida com dignidade dos/as marajoaras e dos seus territórios, respeitando os seus modos de ser, pensar e viver e garantindo o exercício cumulativo da cidadania integral, materializado em um projeto de desenvolvimento baseado na interculturalidade, na plena valorização dos direitos humanos e na imprescindível participação ativa da sociedade marajoara, grande protagonista do seu futuro.

O futuro se faz com utopia, esperança e resistência. Ciência, tecnologia e inovação do e para o Marajó implica em defesa intransigente de políticas públicas organicamente pensadas para os territórios que conformam diversidade, disputas e desafios. Foi com esse espírito de consciência acadêmica e social que o Congresso foi idealizado, planejado e realizado. Compreendendo ainda que o mesmo ocorre em tempos de convergência total de crises (ambiental, sanitária, social, política e econômica), produção da extrema-pobreza, desemprego, fragilidade democrática e emergência climática. Também é tempo de revigorar a função social contida no PDI das duas maiores instituições de ensino da região – UFPA e IFPA – ambas territorialmente vinculadas ao campus Breves da Amazônia Marajoara. O reconhecimento e o prestígio das instituições federais em Breves com mais de décadas de atuação na região retrata a relevância socioeconômica e político-cultural das mesmas.

Condizente com esse propósito, as mesas de discussão do evento foram essenciais: “A importância da Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento do Território nos Marajós”; “Desafios e perspectivas dos Marajós na contemporaneidade”; “O cenário da educação do campo: histórias, saberes e desafios”; “O ensino, a pesquisa e a extensão no Marajó: práticas, desafios e perspectivas”; “Sociobiodiversidade e bioeconomia: compreendendo conceitos e suas aplicações no Marajó; Emergência Climática e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Marajó: reflexões e ações para a COP 30”. Em uma outra direção, mas com o mesmo foco, os 96 trabalhos apresentados e as 16 oficinas revelam o quanto a produção e troca de conhecimento, bem como a construção dos propósitos políticos estão em alinhamento, marcados por intensa visão crítica diante do período vivido, pensado e construído com a sociedade marajoara.

Esse movimento é estratégico para os Marajós e é constituído de liberdade que significa tomar as rédeas da sua história e, por isso, precisam estar à serviço desse horizonte possível num processo democrático e de muita escuta sensível. O protagonismo reivindicado é proporcional à negação a todas as práticas de subalternidade e privação. Aqui, no chão das instituições federais e para fora dele, se produz ensino, pesquisa e extensão para autonomia e transformação das pessoas e da sociedade. É, dessa forma, com altivez que faz o enfrentamento aos modelos prontos e acabados que chegam em portfólios modernamente

planificados é essencial para defesa do território marajoara das invasões, camufladas de novidade. Elas não podem ser irradiadoras das soluções acabadas para os Marajós nos setores mais sensíveis à sociedade. Assim sendo, estaremos assistindo à continuidade da imposição de projetos ligados a grupos econômicos e instituições privadas construídos à revelia da sociedade, fotografia de um passado que insiste em se repetir em formas sutis de dominação, autoritarismo e racismo. Por isso, a luta anti-colonial é permanente na Amazônia Marajoara e dada o seu caráter contemporâneo, torna-se fundamental e abrange todos os setores. Nosso Congresso foi aglutinador das convergências e socialização das experiências em prol da justiça social e foi também um ato político contra todas as formas de invasão. E para tanto é preciso denunciar a captura econômico-política do Marajó transmutada de novo que nada mais é que o atraso do crescimento empobrecedor que produz a extrema-pobreza e destrói a natureza em nome de um pseudo desenvolvimento para a região.

Dessa forma, dentre muitas pautas urgentes e prioritárias, apresentamos os principais encaminhamentos enquanto necessidade de organização das duas instituições e demandas junto às estruturas superiores da Administração Pública Federal. É preciso considerar, antes de tudo, que as políticas públicas para a região marajoara não podem desprezar o Custo Amazônico e Custo Marajó. Ao mesmo tempo, precisamos configurar formas de superação de todas as barreiras que condicionam a invisibilidade de nossos universos e particularidades marajoaras.

Alinhamento interinstitucional (IFPA e UFPA)

- Criação do Observatório de Pesquisa em Educação no Marajó;
- Constituição do Fórum Permanente sobre o Ensino Superior Público no Marajó;
- Construção do Plano de Desenvolvimento do Marajó, levando em conta os Planos de Desenvolvimento Institucional das duas instituições e, principalmente, os Planos de Desenvolvimento das Unidades IFPA Breves e UFPA Breves;
- Realização de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica em parceria institucional UFPA e IFPA;
- Constituição de Setores e/ou departamentos específicos na Administração Superior das instituições para discussão de Políticas Afirmativas para cuidar e encaminhar políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, Indígena, Quilombola na região marajoara.

Demandas internas prioritárias em comum

1. Construção do refeitório enquanto espaço de alimentação adequado no Instituto Federal do Pará - Campus Breves e no Campus Universitário do Marajó-Breves (UFPA);
2. Construção do Ginásio Poliesportivo do Instituto Federal do Pará - Campus Breves;
3. Construção do Ginásio Poliesportivo do Campus Universitário do Marajó-Breves (UFPA);
4. Apoio para que até o fim do ano de 2026, quando encerra a gestão da atual presidência, haja a disponibilização de novos códigos de vaga para técnicos/as e docentes, bem como a reposição de códigos, nos casos faltantes;

5. Ampliação de vagas docentes e TAEs para garantir a qualidade dos cursos existentes e projetar a oferta de novos cursos previstos nos planos de desenvolvimento institucional do Campus do Instituto Federal (Breves) e Campus Universitários da UFPA (Breves e Soure). A definição dos referidos cursos poderá ser feita a partir do que o próprio MEC avalia como política pública prioritária para nossa região, em diálogo com a Administração Superior das instituições, Gestão do Campus de Breves-IFPA e Campus de Breves-UFPA, nossa comunidade marajoara e suas mais diversas instituições.

Demandas por área

➤ EDUCAÇÃO

1. Processos formativos continuados nas áreas da saúde, educação, e demais políticas públicas para inclusão de Pessoas com Deficiência em espaços urbanos e nos campos, águas e florestas;
2. Criar editais de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico com cotas específicas para a Região Norte (pesquisadores/as que atuam no Marajó);
3. Criar editais para fortalecimento da pós-graduação pública na Região Norte (com foco nos campi do interior);
4. Implementação de projetos de bibliotecas itinerantes e permanentes na cidade e no espaço do Campo, Águas e Florestas dos municípios marajoaras;
5. Rediscussão das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo com a participação de educadores/as, pesquisadores/as e demais envolvidos/as, do Marajó;
6. Colocar a Educação do Campo no “campo” da política e na agenda governamental, porque essa se constitui como direito público subjetivo inscrita no ordenamento educacional brasileiro, o que requer do Estado sua garantia e oferta;
7. Curricularizar a Educação do Campo, de forma a construir com as secretarias municipais da região e secretaria Estadual de educação, a construção do currículo das escolas do Campo, das Águas e das Florestas;
8. Financiamento da Educação do Campo considerando o custo Marajó. Nesse entendimento, reconsiderar o CAQ (Custo Aluno Qualidade) e CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial);
9. Fortalecer, com recursos financeiros e outros, a Agricultura Familiar Camponesa, aplicando o custo Marajó. Leia-se por fortalecer: fomento à produção com assistência técnica de extensão rural, beneficiamento e comercialização da produção, entre outros, via PNAE e PAA;
10. Construir escolas no Campo, padrão FNDE e considerando as especificidades culturais;
11. Livros didáticos do PNLD desde a cultura, os saberes e conhecimentos das expressões camponesas;
12. Atualizar a lei 11.947/2009, bem como corrigir os valores dos gêneros alimentícios, aplicando o custo Marajó;
13. Atualizar os valores financeiros da Assistência Estudantil, considerando os sujeitos da Educação do Campo, bem como o custo Marajó;
14. Verticalizar os cursos de formação via PRONERA: especialização, mestrado e doutorado, considerando as expressões identitárias do Marajó. Isso implica dizer não

- somente cursos de licenciatura, mas nas áreas das engenharias, direito, medicina, medicina veterinária;
15. Ampliar o Escola e o Saberes da Terra, considerando o custo Marajó e as suas demandas;
 16. Incidir junto aos municípios e Estado no PCCR (Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração) visando fazer constar a Educação do Campo como código de demanda do magistério (considere-se, especialmente, Política de incentivo e apoio a formação de docentes e realização de concurso público para professor(a) do e no campo, águas e florestas);
 17. Reativação do Programa de financiamento para formação de profissionais do campo, assim como para construção de prédios escolares via PAR/SIMEC;
 18. Programa de transporte escolar adequado às especificidades do campo em regiões ribeirinhas e de acordo com a legislação para transportes hidroviários;
 19. Instituir, como Política Pública, o Programa Residência Pedagógica;
 20. Investimento em conectividade (banda larga por fibra óptica) para as escolas de educação básica nos Marajós;
 21. Fortalecimento de programas de intercâmbio estudantil, para que estudantes de graduação da região possam conhecer a realidade de outras universidades do país e do exterior;
 22. Revisar o recurso destinado para as escolas para além do PDDE, criando um recurso específico da secretaria de educação, para investir de forma direta na educação infantil e séries iniciais de 1º ao 5º ano;
 23. Criação de programas de intercâmbio para técnicos administrativos em educação, com o objetivo de compartilhar ideias e experiências, fazendo visitas a outras universidades, de maneira a conhecer o seu funcionamento, estrutura, formas de atuação.

➤ SAÚDE

1. Criar uma política de Prevenção à saúde pública voltadas para as doenças endêmicas;
2. Criar um política de atendimento de saúde com profissionais especializados para as populações ribeirinhas;
3. Melhorar o apoio social para as pessoas que precisam de atendimento fora do domicílio;
4. Ampliar o Programa Saúde da Família e de Vigilância Sanitária no Marajó;
5. Estruturar um hospital com equipamentos e profissionais especializados para atender a região do Marajó sem precisar do deslocamento de pacientes para a capital Belém;
6. Criar dois Centros Integrados de Apoio à Pessoas com Deficiência, para os Marajó Oriental e Ocidental, com o propósito de prestar serviços nas áreas de saúde (diagnósticos, psicomotricidade, terapias ocupacionais...), assistência social e educação;
7. Retomada, com atualização ampliada, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF);
8. Construção de restaurantes populares na cidade e nos espaços dos campos, águas e florestas;
9. Subsidiar planejamento que dê condições para pesquisas sobre o perfil demográfico e condições de vida da população com deficiências físicas, motoras, cognitivas;

10. Desenvolver programa de combate à malária com objetivo de erradicação e desdobramentos sobre o combate à mortalidade infantil na região;
11. Criação de uma maternidade no município de Breves vinculada às instituições de ensino superior (UFPA, IFPA, UEPA, UFRA, etc.);
12. Criação de um centro de saúde veterinária público vinculado às instituições de ensino superior (UFPA, IFPA, UEPA, UFRA, etc.);
13. Criar incentivos para que os municípios ofereçam uma equipe multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos, por exemplo) em postos de saúde, nas áreas urbanas e rurais.
14. Fortalecer a política de saúde mental, como por exemplo, contribuir para que os municípios tenham médicos psiquiatras nos CAPS por maior tempo.

➤ **INFÂNCIA E JUVENTUDE**

1. Consolidação do Centro de Atendimento Psicossocial Infantojuvenil (CAPS I);
2. Desenvolver estudo de caráter interinstitucional sobre a mortalidade infantil no Marajó;
3. Criação de um portal específico para a disponibilização de um diagnóstico sobre os casos de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes marajoaras;
4. Urgenciar um programa infantojuvenil criativo, participativo, interinstitucional, ousado de cultura, esporte e lazer para qualidade de vida e saúde mental dos adolescentes e jovens que perfilam as estatísticas da crescente vulnerabilidade psicossocial na Amazônia Marajoara, sendo letal em muitos casos;
5. Fortalecer no municípios ações que estejam voltadas para as crianças das comunidades ribeirinhas e da estrada;
6. Fomentar pesquisas que investiguem os impactos da pandemia do COVID-19 na vida das crianças marajoaras e propor ações de enfrentamento;

➤ **CULTURA, ESPORTE E LAZER**

1. Criação de um Centro de Arte, Cultura e preservação da memória e do patrimônio histórico da região;
2. Promover a preservação e valorização dos sítios arqueológicos, especialmente, àqueles atribuídos às nações indígenas;
3. Museu Interativo das Águas e Florestas contando com acervos audiovisuais, documentos históricos e outros materiais que remontem à riqueza da história e ancestralidade marajoara com foco principal na resistência e sobrevivência desses povos;
4. Investir na promoção de eventos culturais, a partir do fomento em editais, que valorize as diferentes manifestações culturais da região;

➤ **MEIO AMBIENTE**

1. Investimento em centros e programas de pesquisas no Marajó (Universidades e Institutos Federais), com vistas à produção de pesquisa básica e aplicada, voltadas para uso sustentável da biodiversidade do Marajó;
2. Criação de incentivos fiscais e financiamento para instalação no arquipélago do Marajó de startups e demais seguimentos de produção que desenvolvam produtos e serviços baseados na sustentabilidade, como: compostagem orgânica; produção cosmética feita de itens orgânicos; produção de biocombustíveis; produção de energia limpa;

3. Implantar o Programa “Água de Qualidade para Todos” com foco em superar a desigualdade hídrica que adoce e maltrata grande parte da maior população ribeirinha do país. Bem como, desenvolver estratégias de acesso à água de qualidade nos núcleos urbanos de municípios que sofrem com a água de péssima qualidade;

4. Incentivar programas de formação, voltados para formação de recursos humanos capazes de entender o conceito e aplicar soluções para a economia verde (baixo carbono).

➤ **SEGURANÇA PÚBLICA**

1. Criação do Centro de tecnologia e inteligência de Segurança Pública no Marajó;
2. Investimento no efetivo das instituições de segurança presentes no Marajó;
3. Implementação de programa de policiamento comunitário, com instalação de guaritas em zonas de grande circulação e periféricas;

➤ **PROGRAMA DE HABITAÇÃO**

1. Programa ‘Minha Casa Marajó’ para atendimento das famílias que residem em áreas de risco;
2. Construção de casas populares com maiores espaços, de maior dimensão e adequadas às características geográficas, climáticas e culturais da Amazônia;
3. Possibilitar o acesso de famílias ribeirinhas à energia solar sustentável e de baixo custo.

➤ **DIREITOS HUMANOS**

1. Mudança na legislação sobre o crime de tráfico humano, tornando crime hediondo;
2. Potencializar e assegurar infraestrutura adequada e recursos humanos para Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes na Amazônia Marajoara;
3. Criar abrigo para acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, com atendimento psicológico, socioassistencial, jurídico e promoção de ações para autonomia econômica dessas mulheres;
4. Efetivar a celeridade no cumprimento da lei que assegura assistentes sociais e psicólogos nas escolas;
5. Promover ações que objetivem combater a violência policial contra grupos sociais vulneráveis;
6. Criação de uma política de reorganização e investimento das associações de bairros;
7. Promover ações para fortalecer a participação social dos(as) marajoaras nos espaços de tomada de decisão;
8. Implementar políticas públicas específicas para as juventudes marajoaras, buscando o atendimento integral das necessidades desse público;
9. Promover ações para implementar e fortalecer uma política de qualificação para o trabalho adequada às demandas marajoaras.
10. Instalação do Centro de Referência dos Direitos Humanos;

➤ **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

1. Retomada com atualização ampliada do Plano Nacional de Fortalecimento das

Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE);

2. Divulgação didática e comunicação apropriada a respeito Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF);
3. Criação do Observatório em Defesa dos Territórios dos Povos da Floresta com objetivo de garantir e efetivar os direitos socioterritoriais;
4. Consolidar áreas destinadas ao Plano de Desenvolvimento Sustentável e territórios quilombolas;
5. Cancelamento dos cadastro ambientais rurais incidentes em áreas de conservação, território quilombolas, projetos de assentamento agro-extrativistas que configure grilagem de terra como medida para diminuir o conflito agrário no Marajó;
6. Criar uma vara agrária no Marajó para resolver a questão agrária;
7. Atualizar a relação de beneficiários do Incra para inserir famílias constituídas após 2010;
8. Atualização dos planos de utilização de assentamentos do Incra;
9. Realização de zoneamentos urbanos com zonas especiais de interesse social e retirada de instalações que prejudicam as orlas da cidades e a circulação de pessoas e mercadorias;

➤ **INFRAESTRUTURA**

1. Promover uma política de saneamento básico incluindo o sistema de esgoto e o tratamento da água para consumo em todos os municípios marajoaras;
2. Estabelecer um sistema de coleta de lixo seletivo e financiar programas de reciclagens nas cidades marajoaras;
3. Criar uma política de aterro sanitário;
4. Implantação de um programa de transporte público de qualidade, segurança e viável como eixo estratégico de inclusão social e de dignidade humana para a população ribeirinha nos territórios das águas;
5. Investimento em redes de comunicação para acesso à rede mundial de computadores, baseado em estruturas de fibra óptica, para atender às demandas dos segmentos público e privado, do arquipélago do Marajó.

➤ **ECONOMIA**

1. Criação de, pelo menos, mais dois bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) em outros municípios estratégicos na região, considerando a logística e vetor polo para democratização do acesso aos serviços bancários, em especial, ao saque dos programas de renda mínima. Isso favorecerá à consecução do atendimento progressivo para todos os municípios,
2. Desenvolver estudos, prospecção, experiências pilotos e investimentos públicos sobre a cadeia produtiva de valor com base na economia da sociobiodiversidade da Amazônia Marajoara, garantindo o protagonismo das populações e comunidades locais e seus saberes milenares;
3. Desenvolver estudos e investimento público no Turismo Sustentável de Base Comunitária em regiões de rios e florestas;
4. Construção de um complexo industrial no município de Breves voltado para a geração de riqueza e renda sustentável no Marajó, levando em consideração a necessidade da economia criativa;

➤ INTERINSTITUCIONAL

1. Retomada com atualização ampliada da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT);
2. Realização de Conferências Regionais no Marajó para debater e construir com a sociedade um programa de desenvolvimento marajoara que seja inovador, eficaz socialmente, estratégico, agregador, pedagógico e emancipador;
3. Implantar um Consórcio Interinstitucional com os 50 Municípios de Menor IDH do Brasil para buscar soluções urgentes co-construídas com os agentes públicos, universidades, entidades, movimentos sociais e, principalmente, comunidades e populações locais com foco na superação da agudização da extrema pobreza e apresentação de alternativas para mudança social dos índices de vulnerabilidade social;
4. Efetivação das conquistas e avanços da Convenção Internacional nº 169 que garante “o direito à livre determinação de condução dos processos pela comunidade, como também garantir o direito de consentir ou não a implementação da medida que afete a comunidade”;
5. Instalação de postos de órgãos governamentais ausentes no município de Breves: IBAMA, Polícia Federal, Receita Federal, INMETRO, DNIT, etc.

Reconhecemos que o conjunto das propostas tem sido construído, portanto legitimado, em vários processos institucionais, educativos e de luta nos Marajós. Não obstante aos complexos problemas históricos e estruturais da região, é notório a pujança das experiências sociais que desafiam o *status quo*, fruto do acúmulo histórico do povo marajoara. É a centralidade da vida em consonância com os direitos sociais que inverterão uma ordem social pensada para morte. Todos os dias quando um/a marajoara se levanta ele/ sabe exatamente o seu dever: ser uma força substancial para manter vivo o território das águas e das florestas. A IFPA e a UFPA somam-se à essa missão, por entender que somente dessa forma efetivarão as suas histórias na Amazônia Marajoara

Breves-MARAJÓS, Pará, Brasil, 24 de novembro de 2023.

Alexandre Nunes da Silva
Diretor Geral-IFPA/Breves
Portaria nº 3713-2023/Reitoria-IFPA

Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Coordenador Geral-CUMB
Portaria nº 3403-2020/Reitoria-UFPA